

Neoconservadorismo, movimentos sociais e educação no campo no Brasil¹

Neoconservatism, social movements and rural education in Brazil

*Luiz Bezerra Neto**
*Flávio Reis dos Santos***

RESUMO

Após apontar a constituição da coalizão neo-conservadora, este escrito expressa as propostas e estratégias da nova direita a partir das ações empreendidas pelas bancadas conservadoras no parlamento brasileiro e da atuação de movimentos sociais organizados por meio das redes sociais, no momento em que o país está envolto em três substanciais crises, uma econômica, uma política e uma social. Por fim, indica as reivindicações dos movimentos sociais do campo e as consequências da coalizão neoconservadora para a educação dos sujeitos que habitam o meio rural.

Palavras-Chave: Nova Direita. Coalização Neoconservadora. Movimentos Sociais. Educação.

ABSTRACT

After the establishment of the neo-conservative coalition, this text expresses written proposals and strategies of the new direct from the actions undertaken by the conservative benches in parliament and the performance of social movements organized through social networks at a time when the country is wrapped in economical, political and social crises. Finally, it indicates the claims of social movements and the consequences of the neo-conservative action for the education of the people living the rural area.

Keywords: New Right. Neo-Conservative Coalition. Social Movements. Education.

Introdução

As propostas para a adequação das ações nos campos político, econômico e social brasileiros têm ocupado significativo espaço nas discussões de diversos grupos políticos em nível nacional. As questões econômicas e sociais constituem o cerne dos problemas da nação. Esses grupos convergem discursivamente ao alegarem que recursos destinados à habitação, saúde, transporte, educação, segurança, previdência e infraestrutura oneram em demasia a receita do país e

¹Este artigo corresponde a uma versão reorganizada e expandida do texto-base de palestra proferida no V Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de História da Universidade Estadual de Goiás.

*Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Rural no Brasil da Universidade Estadual de Goiás (NEPERBR/GEPEC/UEG). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo da Universidade Federal de São Carlos (GEPEC/HISTEDBR/UFSCar). E-mail: lbezerra.ufscar@gmail.com

**Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás (PPGAS/UEG). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo da Universidade Federal de São Carlos (GEPEC/HISTEDBR/UFSCar). Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Rural no Brasil da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: reisdossantos.flavio@gmail.com

precisam ser revistos para que seja possível empreender a equalização econômico-financeira do Brasil para mantê-lo nos trilhos do desenvolvimento.

Essa linha de defesa ideológica recorrentemente adotada pela política direitista é caracterizada por recursos discursivos relativamente limitados, mas que vem se tornando senso comum. As suas proposições políticas não se restringem à defesa e proteção de “um passado romântico”, elas passaram a ser encaradas em nossos dias como “soluções radicais”, imprescindíveis para reorganizar a vida política, econômica e social do país, ou melhor, de qualquer país (APPLE, 2003). Assim emerge uma nova concepção de conservadorismo que pode ser especificada com a utilização da denominação “neoconservadorismo”, ou “modernização conservadora”, expressão empregada por Roger Dale (1989) e por Michael Apple (2002a). As propostas neoconservadoras ultrapassam todos os limites do que, tradicionalmente, foi compreendido como “direita²”, visto que elas têm sido sistematicamente construídas, adotadas e praticadas por distintos grupos políticos no interior do governo: “coalizão conservadora” ou “nova direita”.

A coalizão conservadora é composta por neoliberais, neoconservadores, agropecuaristas, ativistas religiosos autoritários (evangélicos radicais) e classe média profissional (APPLE, 2002b). Estes distintos grupos possuem história de autonomia e dinâmicas próprias, mas optaram por subordinarem-se ao movimento conservador mais abrangente para assegurar a defesa de seus interesses e sua posição como estrato componente da classe dominante.

A estratégia manipuladora utilizada pela coalizão conservadora tem alcançado expressivo sucesso, na medida em que captura, coopta, arrebanha um contingente cada vez maior e mais expressivo de pessoas à sua causa. Um aspecto a ser ressaltado para a efetivação desse êxito se refere ao poder econômico das forças de modernização conservadora, que incide diretamente na vida do proletariado, sistematicamente alterada pelas políticas praticadas pela coalizão.

De acordo com Michael Apple (2002a, p. 82), parte do sucesso da coalizão conservadora se deve a um processo consistente de organização e renúncia coletiva, construído no decurso de quarenta anos, em que cada grupo componente da aliança, sacrifica parte de sua própria agenda para contribuir e assegurar o interesse comum.

Brasil: o terceiro turno das Eleições de 2014

Com o término das eleições de 2014 e início do ano legislativo de 2015, a agenda neoconservadora – esquecida por algum tempo – reocupou o cenário político brasileiro, sobretudo com a movimentação das seguintes bancadas conservadoras: evangélicos radicais (bancada da bíblia), ruralistas (bancada do boi), militares e fabricantes de armas (bancada da bala), ex-jogadores de futebol e demais esportistas (bancada da bola), que propuseram dentre outros temas, a

² Concepção conservadora de sociedade vinculada ao comportamento tradicional, supostamente orientada pelos princípios da moral, dos bons costumes e da manutenção do poder burguês.

redução da maioria penal e a flexibilização e redução dos direitos trabalhistas. Segundo o Professor Ruy Braga (2015) da Universidade de São Paulo (USP), a denominada “Lei da Terceirização” (Projeto de Lei 4.330/2004) violenta os direitos dos trabalhadores e representa mesmo a maior derrota imposta à população brasileira desde o golpe de 1964.

Esse Projeto de Lei (PL) se aprovado pelo Senado, puxará para baixo os salários de cerca de 18 milhões de trabalhadores em nosso país. Além disso, a arrecadação federal despencará e afetará diretamente o consumo, os programas de distribuição de renda e, sobretudo, os serviços públicos, como já pudemos constatar durante todo o ano de 2015. De acordo com Ruy Braga (2015), o PL 4.330/2004 completa o projeto político-econômico-social neoliberal iniciado no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e sela a mobilização do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que visa fundamentalmente acabar com os programas sociais implementados durante o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Em relação a tais políticas neoliberais/neoconservadoras, o atual presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (2015) do PMDB já proferiu o que as classes média e alta queriam ouvir: “muitos programas sociais vão ter que acabar, não tem outro jeito”. Cunha (2015) argumenta que “é preciso ter arrecadação de impostos para sustentar os programas sociais, é a sociedade que precisa decidir se que a manutenção desses programas. Será necessário, então fazer uma opção”, ou se aumenta a carga tributária, o que é muito difícil, ou se cortam os programas sociais.

Para grande parte da elite, “os programas sociais são apenas e tão somente fábricas de desocupados”, pois o que importa mesmo é economizar recursos para pagar os juros da dívida. Nesse caso, estes estratos da classe dominante se revoltam apenas com os cortes no Programa Ciência sem Fronteiras, por exemplo, pois muitos de seus filhos são beneficiários dessa política social e foram enviados ao exterior para estudar.

Pensando em um provável governo do PMDB, o vice-presidente Michel Temer, que tem conspirado abertamente contra o governo Dilma Rousseff, afirmou que a presidente não se manterá no cargo por mais três anos e meio com baixo índice de aceitação popular. Discurso que muito agradou Rosângela Lyra³, presidente do movimento denominado Política Viva, que já recebeu dentre outros políticos, o senadores José Serra e Aloysio Nunes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Ronaldo Caiado do Democratas para fazer frente ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Sobre a precarização das relações de trabalho propostas pelo Congresso, Sávio Cavalcante da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) afirma

³ Rosângela é ex-representante da grife Dior no Brasil, locomotiva da sociedade paulistana, católica fervorosa, ficou conhecida como sogra de Kaká (jogador de futebol). Desde o ano passado embarcou na histeria pró-impeachment. Ela tem pendurada uma bandeira do Brasil de ponta-cabeça na varanda de seu apartamento no Itaim Bibi, que só será desvirada “quando o PT sair”.

que se aprovado na íntegra, ou mesmo parcialmente, o PL 4.330/2004 representará:

[...] uma modificação estrutural das relações trabalhistas no país. Seus formuladores defendem o projeto porque ele regulamentaria a terceirização no Brasil, uma prática já largamente utilizada por empresas de todos os ramos e que teria por objetivo principal a busca de eficiência, agilidade e qualidade com aumento da oferta de empregos (CAVALCANTE, 2015, p. 1).

Mas, em verdade, o que a proposta de terceirização objetiva é a eliminação de:

[...] qualquer barreira jurídica à contratação de “prestadores de serviços”, os quais poderiam exercer funções relativas a atividades “inerentes, acessórias ou complementares” à atividade econômica da contratante, ou seja, nas chamadas atividades-meio e atividades-fim, termos criados pela jurisprudência em vigor (CAVALCANTE, 2015, p. 1).

Corroborando com esta leitura, Piero Locatelli da Repórter Brasil, constata que:

O salário de trabalhadores terceirizados é 24% menor do que o dos empregados formais, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). No setor bancário, a diferença é ainda maior: eles ganham em média um terço do salário dos contratados. Segundo o Sindicato dos Bancários de São Paulo, eles não têm participação nos lucros, auxílio-creche e jornada de seis horas (LOCATELLI, 2015, p. 1).

É importante salientar que a terceirização atingirá todos os trabalhadores tanto do campo quanto das cidades, o que constitui um excelente negócio para os empresários, sem considerar que a utilização de mão de obra terceirizada constitui estratégia para burlar as responsabilidades trabalhistas. Não é demasiado lembrar que entre os anos de 2010 e 2014, “cerca de 90% dos trabalhadores resgatados nos dez maiores flagrantes de trabalho escravo contemporâneo eram terceirizados, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego” (LOCATELLI, 2015, p. 1).

Movimentos sociais e crises no Brasil

Os movimentos sociais no Brasil, historicamente, surgiram ligados à esquerda. Esta ocorrência se verificou até o surgimento dos chamados “novos movimentos sociais”, que emergiram na segunda metade do século XX, mais especificamente, os movimentos que deram origem à criação de Organizações não Governamentais (ONGs) vinculadas à direita política e sem compromisso com a classe trabalhadora.

Esses movimentos, via de regra, negam o materialismo histórico e se organizam por meio das denominadas “redes sociais”, sem controle e com lideranças que nem sempre mostram a face. Dentre os movimentos de direita,

ou melhor da nova direita que surgiram no Brasil nos últimos anos, podemos destacar o Movimento Brasil Livre, liderado por Kim Kataguiri, Movimento Vem pra Rua chamado por Rogério Chequer, o Revoltados On-Line, conduzido por Marcelo Reis e o Movimento Mais Valores-Menos Impostos, coordenado por Matheus Sathler, ex-candidato a deputado federal pelo PSDB, defensor dos kit macho e kit fêmea.

Todos estes movimentos tem em comum a defesa de privilégios das elites neoliberais e neoconservadores, que defendem o fim dos programas sociais implementados e praticados nos governos Lula e Dilma e a redução de direitos dos trabalhadores, seguindo a dinâmica do Estado Mínimo não interventor.

Nesta realidade, vários tipos de movimentos sociais surgiram, alguns ligados à esquerda, que buscam uma transformação real da sociedade e outros ligados à direita, que visam a usar a força do povo para a manutenção do *status quo*. Em outras palavras, podemos observar no Brasil de um lado, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), dentre tantos outros, tentando defender posições mais a esquerda, e de outro lado, os vários movimentos da nova direita tentando a derrubada (impeachment) do governo legitimamente eleito.

Esses movimentos ligados à nova direita e fomentados por mídias sociais, sobretudo, pela maior rede de televisão do país têm se desenvolvido, principalmente, porque estamos vivendo um momento em que se conjugaram três grandes crises: uma crise econômica, uma crise política e uma crise social.

A crise política tem se aprofundado devido ao fato de que a esquerda nos últimos anos tem restringido a luta política a uma luta eleitoral e, com isso, sucumbe às armadilhas da política tradicional, fazendo com que distintos grupos que antes eram contrários, passem a aceitar como “normal” a corrupção patrocinada pelo financiamento privado de campanhas, por exemplo. A crise iniciada após a reeleição de Dilma Rousseff, a crise política e a ofensiva dos setores mais conservadores do país com o objetivo de derrubar a presidente eleita pelo voto popular, recolocou essas advertências, ou diria divergências, na ordem do dia.

João Pedro Stédile, coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao participar da abertura do 14º Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em Porto Alegre, afirmou que “a esquerda desaprendeu a fazer trabalho de base, de conscientizar o povo, de fazer pequenas reuniões. Faz vinte anos que a esquerda só pensa em eleição” (WESSHEIMER, 2015, p. 1 e 8). Stédile argumenta ainda, que a crise política estabelecida pelas disputas fomentadas com vistas ao controle dos aparelhos de Estado se intensificou com o:

[...] o sequestro da democracia brasileira feito pelos capitalistas por meio do financiamento privado das campanhas eleitorais. As dez maiores empresas do país financiaram cerca de 70% dos parlamentares, processo este que gerou os Cunha da vida e os seus

300 aliados. Hoje, a população não se reconhece nos políticos. Diversas pesquisas de opinião apontam os políticos com o menor índice de credibilidade. Então, temos uma dicotomia aí. O que acontece na política não reflete na sociedade, ou só reflete negativamente (WESSHEIMER, 2015, p. 2).

Ao falar sobre a crise econômica, Stédile lembrou que estamos vivenciando uma crise que afeta a economia brasileira, que já não cresce há dois anos, deverá ficar ainda mais alguns sem crescer, já que estamos passando por um forte processo de desindustrialização que já se reflete, inclusive, na classe trabalhadora, com aumento do desemprego e a diminuição do salário médio.

Além disso, temos também uma grave crise social, cuja ponta do *iceberg* apareceu nos protestos de junho de 2013. Naquele momento, “[...] o governo adotou uma retórica de diálogo, porém, todos aqueles problemas sociais que eram substratos para as mobilizações de junho não se resolveram”, muito longe disso, “os problemas de moradia, de transporte público, de acesso à universidade, todos eles se agravaram” (WESSHEIMER, 2015, p. 4).

Para solucionar a crise econômica, de acordo com Stédile, os empresários ou os detentores do poder econômico, já apresentaram a sua proposta de saída. Para ele, esta saída não foi apresentada em um programa formalizado, mas é possível perceber em suas reuniões e discursos que a:

[...] proposta consiste em realinhar a economia brasileira aos Estados Unidos, que foi um pouco o que aconteceu em 1964. A ideia é que os americanos venham para cá, invistam e tirem a economia da crise, ampliando o mercado para as empresas brasileiras que entrariam de maneira subalterna numa relação com a economia industrial norte-americana. Em segundo lugar, consiste em diminuir o papel do Estado, que hoje se expressa nas propostas de cortar gastos sociais, de diminuir o número de ministérios, de diminuir os gastos com a Previdência etc. Tudo isso é firula para voltar a velha tese de que o mercado é que resolve. Em terceiro lugar, é diminuir o custo da mão de obra. Esse é o programa deles, que ainda não pode ser explicitado, pois, em sua essência, esse programa é o neoliberalismo, que foi derrotado nas últimas quatro eleições. Eles não podem simplesmente apresentá-lo de novo (WEISSHEIMER, 2015, p. 3).

Diante desse quadro, a classe média vislumbrando sair da crise e sem compreender o desenvolvimento da história apresenta como possibilidade o programa da nova direita, ou seja, o golpe. Mas isso não é programa, não resolve nenhuma das três crises, pelo contrário, de acordo com Stédile, se houver um golpe (suposto impeachment), se criará uma quarta crise:

[...] uma crise institucional, que levaria os movimentos sociais e populares para as ruas. Isso desarrumaria todas aquelas regras do Estado burguês que, apesar da crise política, todo mundo segue respeitando. Se isso acontecesse, por que não poderíamos, por exemplo, pedir o impeachment do Sartori ou do Alckmin, cujas campanhas também foram financiadas por empresas privadas. Então, a saída dessa classe média é burra. A nossa sorte e a deles também, é que representam uma parcela muito pequena da sociedade. É por isso que as mobilizações deles não aumentam. E tem que ser feitas sempre no domingo. É muito mais um festival, do que propriamente uma luta

política (WEISSHEIMER, 2015, p. 5).

Uma das dificuldades para conter essa crise é que a classe trabalhadora, por meio de seus movimentos sociais, sindicais e populares não está conseguindo apresentar um programa de saída para a mesma. De acordo com Stédile “as direções de organizações como CUT, UNE, MST, os movimentos de luta pela moradia, estão tentando unificar uma agenda”, mas o que estes organismos conseguiram até agora foi construir “[...] um programa defensivo contra o golpe, em defesa dos direitos, contra o neoliberalismo, ou seja, é uma defesa do passado [...]. Para a classe trabalhadora também está sendo difícil construir um programa propositivo capaz de retomar a ofensiva na direção das mudanças” (WEISSHEIMER, 2015, p. 5-6).

Reforma Agrária e modernização conservadora

Não podemos negar que a crise social é duradoura e vem se agravando devido ao fato de que não resolvemos antigas questões sociais, principalmente aquelas ligadas aos problemas da terra no país, que não se transformaram ao longo das últimas décadas, mesmo com a presença de governos mais simpáticos às demandas da classe trabalhadora, haja vista que em 30 de setembro de 2009, tomando por base as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o site da UOL informava que:

A histórica desigualdade na distribuição de terras no Brasil se manteve inalterada nos últimos 20 anos, com quase a metade das propriedades rurais nas mãos dos grandes fazendeiros. Segundo o Censo Agro 2006, as propriedades com até dez hectares ocupam 2,7% das terras destinadas à agropecuária, enquanto as fazendas com mais de mil hectares ficam com 43% da área total (UOL, 2009, p. 1).

Portanto, há uma grande concentração de terras em forma de grandes propriedades, fazendo com que a desigual distribuição permaneça praticamente a mesma registrada nos censos agropecuários realizados pelo IBGE desde 1985. Para que tenhamos uma noção do quadro:

[...] os minifúndios (áreas com até dez hectares), que ocupavam 2,2% das terras em 1995, passaram a representar 2,7% em 2006, enquanto que a área ocupada pelos latifúndios (mais de mil hectares) se reduziu levemente, de 45,1% em 1995, para 43% em 2006 [...] as granjas com menos de dez hectares representavam 47% do número de propriedades rurais do Brasil em 2006, enquanto que as de mais de mil hectares equivaliam a apenas 0,91% do total das propriedades (UOL, 2009, p. 1).

Apesar da distribuição de terra ter mantido sua histórica desigualdade e a modernização da agricultura ter agravado sua concentração; é a agricultura familiar quem mais produz alimentos, apesar ter uma área menor. “Os 4,4 milhões de estabelecimentos descritos como de agricultura familiar representavam 84,4% do total das granjas e ocupavam 24,3% da área agrícola

do Brasil. Apesar disso, geraram 34% do valor total da produção agropecuária do país em 2006” (UOL, 2009, p. 1).

Para resolver estes problemas de concentração de terras, a reforma agrária no Brasil poderia trazer uma grande contribuição, sobretudo no que diz respeito à desconcentração das mesmas. Contudo, ocorre que a reforma agrária tem sido realizada a partir de leis elaboradas por uma elite que congrega desde empresários até latifundiários que não tem interesse em abrir mão do controle sobre a propriedade privada dos meios de produção, o que faz com que a distribuição de terras avance muito pouco, principalmente, no sentido de gerar renda aos pequenos agricultores, bem como melhorar as condições de desenvolvimento agrário aumentando a produtividade para as famílias assentadas.

Para que possamos entender as dificuldades do processo de assentamentos e redistribuição de terras, basta recorrermos ao número médio de famílias assentadas no Brasil nos últimos governos: 18.500 famílias no Governo de João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985); 18.000 famílias no Governo de José Sarney (1985-1990); 19.000 famílias no Governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992); 11.000 famílias no Governo de Itamar Franco (1992-1995); 67.588 famílias no Governo de Fernando Henrique (1995-2003), embora, boa parcela aqui, seja apenas regularização; 76.761 famílias no Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010); e 25.112 famílias no primeiro governo da presidente Dilma Rousseff (2011-2013).

Neste sentido, o neoliberalismo e o neoconservadorismo que vem se aprofundando, sobretudo com o avanço da nova direita no Congresso Nacional e em setores do executivo, aparece mais claramente no artigo publicado em 03 de setembro de 2015, no Jornal Brasil de Fato por José Antônio Lima, que afirmou que a nova direita defende um “Estado mínimo em um país sem o mínimo de Estado”, expresso no anúncio do então ministro do planejamento, Nelson Barbosa (atual ministro da fazenda) em encontro com deputados do PT no dia 31 de agosto de 2015, ao anunciar a redução de concursos públicos como medida de contenção mediante o corte de gastos.

As reivindicações de cortes de despesas, principalmente por meio da redução de salários dos funcionários públicos e da diminuição dos mesmos tem sido a arma da nova direita e da classe média desinformada quer pela falta de estudos, quer pelos discursos da mídia que fomentam esta situação, a exemplo do colunista Fernando Canzian, na Folha de S. Paulo, do dia 27 de agosto de 2015, que em tom de denúncia, “[...] anunciou que Lula e Dilma fizeram explodir o total de funcionários da administração pública federal. A primeira informação é de que os dois contrataram 129.641 servidores concursados, elevando o total para 615.621” (CANZIAN, 2015, p. 1).

Apesar da “denúncia” de Canzian (Folha de S. Paulo) não podemos afirmar que este número é grande ou é pequeno, pois só saberemos se é grande ou pequeno se tivermos instrumentos de comparação a outros equivalentes, mas a coluna não faz isso. Parte da premissa de que são muitos os funcionários

públicos, quase sempre insinuando que a maioria produz pouco e não se justificaria tal número.

Para José Antônio Lima, ao se confrontar “os dados brasileiros com os da OCDE, grupo dos países mais desenvolvidos do mundo e alguns em desenvolvimento, fica bem claro que tratar o número como alto sem refletir sobre seu significado é um equívoco” (LIMA, 2015, p. 2). Prossegue Lima, argumentando que:

[...] em 2013 o emprego no setor público brasileiro (federal, estadual, municipal e em empresas públicas) representava 12,11% do total de empregos, enquanto a média da OCDE era de 21,28%. Acima do Brasil aparecem desde os paraísos do bem-estar social, como Dinamarca (31,89%) e Noruega (31,62%), até países de tradição bem menos estatista, como Reino Unido (23,49%) e Canadá (20,43%) (LIMA, 2015, p. 2).

Embora não seja esse o debate mais importante, os dados servem para mostrar o quão falacioso é o discurso sobre o inchaço da máquina pública, levando Lima (2015, p. 30) a afirmar que “a ânsia pela diminuição do Estado brasileiro agride não apenas os números, mas a realidade. Uma rápida busca pelo noticiário nacional ajuda a demonstrar que enquanto muitos buscam implementar a tese de Estado mínimo no Brasil”, o país sequer conseguiu alcançar o mínimo de Estado necessário para funcionar. Para Lima, a prova de que o número de funcionários públicos no Brasil é pequeno, é que:

Na educação, por exemplo, o então ministro da área, Aloizio Mercadante, afirmou em 2012 que faltavam 170 mil professores de matemática, química e física no País, e, nas universidades federais, a falta de servidores é uma reclamação corrente. No Judiciário, há inúmeros casos de comarcas sem juízes e uma estimativa de que faltam dez mil defensores públicos (LIMA, 2015, p. 3).

De acordo com o Sindicato dos Servidores da Polícia Federal no Estado de São Paulo, os policiais federais deveriam com o triplo do número de efetivo atual. O mesmo ocorre com a Polícia Rodoviária Federal, “inúmeros postos têm sido fechados por falta de pessoal. No IBAMA 47 servidores que ao menos até 2014, deveriam fiscalizar sozinhos os crimes ambientais no Amazonas, estado do tamanho de França, Alemanha, Espanha e Portugal juntos” (LIMA, 2015, p. 3-4).

Brasil Norte-Nordeste e Brasil Centro-Sul

No mesmo Jornal Brasil de Fato, de 2 de setembro de 2015, em matéria de Victor Tineo, o diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Marco Aurélio Costa, afirmava que “ainda existem dois Brasis”, dado que a diminuição da vulnerabilidade social no país se deu de forma desigual do ponto de vista regional. Para o diretor do IPEA, as questões de trabalho e renda foram as que mais tiveram impacto na diminuição da vulnerabilidade. Para ele o

impacto na renda e trabalho foi de 34%, capital humano 28% e na infraestrutura urbana 16%.

A dimensão Renda e Trabalho – segundo Marco Aurélio Costa – apresenta uma diminuição grande, dado que por mais de uma década, passamos por um período de crescimento econômico com redução do desemprego e aumento da renda das famílias mais pobres. Além disso, “[...] houve redução no percentual de pessoas com renda abaixo de meio salário mínimo, diminuiu o trabalho infantil, que é efeito de políticas públicas. Foi uma década bastante positiva para os indicadores econômicos” (TINEO, 2015, p. 1-2).

Apesar de avanços nos índices de vulnerabilidade, esta melhora não se deu de forma igualitária em todo o país. As desigualdades regionais prevaleceram, pois nem todos os Estados e municípios se empenharam da mesma forma. Assim, é possível observar que:

No Brasil como um todo, apenas 53 municípios apresentaram aumento da vulnerabilidade social e 24 deles são do Maranhão, que é o Estado com os municípios piores colocados no *ranking*. Isso significa que mesmo havendo políticas sociais bem desenhadas e um esforço para lidar com os desafios da pobreza, da exclusão social e da vulnerabilidade social, a execução das políticas públicas está compartilhada entre União, Estados e Municípios. Então é muito importante que os municípios assumam o papel deles na execução das políticas sociais (TINEO, 2015, p. 2).

Seguindo este raciocínio, o Diretor do IPEA infere que “[...] existem dois brasis, o Brasil Norte-Nordeste e o Brasil Centro-Sul. No Norte e Nordeste há um conjunto de municípios com baixo IDHM e também com alta vulnerabilidade social” (TINEO, 2015, p. 2). Se no Norte e Nordeste os índices de vulnerabilidade são muito elevados, no Sudeste e Sul do Brasil, poucos municípios apresentam IDH muito baixo e os índices de vulnerabilidade são baixíssimos.

Apesar de ter melhorado a situação média do brasileiro, Róber Iturriet Avila, em texto publicado no portal “Brasil Debate”, denominado “Os Limites Atuais da Distribuição de Renda e Riqueza no Brasil”, alerta que a concentração de terras e rendas no país está entre os mais perversos do mundo, mesmo tendo melhorado nos últimos anos. Para compreendermos a perversidade da concentração de riquezas é preciso considerar que os 0,9% mais ricos do país detêm cerca de 68,49% da riqueza, sendo que as principais fontes de acumulação de riquezas são os fluxos de renda e heranças.

Esses dados de distribuição de renda difundidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013 retratam um avanço modesto em relação a 2012. De acordo com a PNAD, nesse início do século 21, a apropriação de renda daqueles que estão na faixa dos 10% mais elevados recuou de 47,44% em 2001 para 41,55% em 2013. Já aqueles que estão nas faixas 50% mais baixas passaram de 12,6% para 16,41%. Ou seja, a concentração aqui é muito superior a dos Estados Unidos, em que cerca de 10% da população concentram 72% da riqueza.

Esta má distribuição de renda pode ser explicada também pela forma como o Estado brasileiro administra sua dívida pública, dado que grandes parcelas dos recursos públicos (União Estados e Municípios) são destinadas ao pagamento de juros da dívida. Maria Lucia Fattorelli (Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida) e Rodrigo Ávila (Economista da Auditoria Cidadã da Dívida) argumentam que o Governo Federal gastou em 2013 “R\$ 978 bilhões com juros e amortizações da dívida pública”, o que representou, efetivamente, “[...] 45,11% de todo o orçamento executado no ano. Essa quantia corresponde a 12 vezes o que foi destinado à educação, 11 vezes aos gastos com saúde, ou mais que o dobro dos gastos com a Previdência Social” (FATORELLI; ÁVILA, 2015, p. 1).

O orçamento Geral da União executado em 2014, de acordo com o site do Senado Federal, foi de R\$ 2,168 trilhões. Em dados contabilizados pelo próprio governo por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Assim, podemos constatar que os financistas se apropriaram e continuarão a se apropriar de praticamente a metade dos recursos financeiros do país e o fazem em detrimento de todo o povo brasileiro.

Para enfrentar esta situação, temos a luta dos movimentos sociais que apoiam a Auditoria Cidadã da Dívida, bem como ações em defesa de direitos, inclusive do direito à educação, como podemos observar a discussão e luta por uma pauta unificada dos movimentos sociais camponeses, na luta pela educação do campo.

Movimentos sociais e educação do campo

Os movimentos sociais que atuam no campo têm reivindicado, dentre outras coisas, o não fechamento das Escolas do Campo, a matrícula na escola mais próxima da residência das crianças, o cumprimento dos dispositivos legais contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), referente ao fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas, sobretudo o dispositivo da Lei 12.960, de 27 de março de 2014, que altera o artigo 28 LDB, cujo parágrafo único, afirma:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (BRASIL, 2014).

Outra importante reivindicação dos movimentos sociais é a manutenção e expansão da Pedagogia da Alternância nas escolas do sistema estadual de ensino, bem como a aprovação de calendário específico, das escolas organizadas por meio da Pedagogia da Alternância pelas Superintendências Regionais de Educação.

Além dos movimentos sociais o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), reunido em Brasília nos dias 13 e 14 de junho, de 2013, propôs, dentre outras coisas, a construção de mais escolas no campo, independentemente do número de alunos da localidade. Ao defender a escola no campo, o FONEC (2013) reivindica uma escola que conte com “refeitório, área coberta, espaço multiuso, para a comunidade também se servir, espaços adequados para hortas e outras atividades voltadas para a produção e o lazer”.

O FONEC participou e continua participando das campanhas dos “10% do PIB para a educação”, assim como do “dinheiro público para as escolas públicas” e da luta contra o fechamento das escolas do campo. É preciso lembrar que mais de 4 mil escolas do campo fecharam suas portas somente em 2014, o que dá uma média de oito escolas rurais fechadas por dia em todo país. Nos últimos 15 anos, mais de 37 mil unidades encerraram as atividades.

De acordo com Erivan Hilário, do setor de educação do MST, “[...] o fechamento das escolas no campo não pode ser entendido somente pelo viés da educação. O que está em jogo é a opção do governo por um modelo de desenvolvimento para o campo, que é o agronegócio” (FONEC, 2013).

As escolas que não têm fechado suas portas por canetadas dos prefeitos têm primado pela precariedade. A maioria das escolas rurais continua sem infraestrutura adequada, biblioteca, internet ou laboratório de ciências, isto quando a escola conta com energia elétrica, coisas que muitas ainda estão desprovidas. Estas questões colocadas pelos movimentos sociais são de extrema importância, sobretudo se considerarmos que de acordo com a OCDE, o professor brasileiro é um dos que mais trabalham e que menos ganham.

Davi Lira (2014, p. 1) argumenta que “[...] os professores brasileiros de escolas de ensino fundamental gastam, em média, 25 horas/semana” lecionando em sala de aula. Essa quantidade de horas é superior à média de mais de trinta países, “[...] como a Finlândia, Coreia, Estados Unidos, México e Cingapura, em que os professores gastam, em média, 19 horas/semana ensinando em sala de aula, ou seja, um percentual 24% menor”. (idem)

Além de trabalhar muito e ganhar pouco, os professores brasileiros trabalham em mais de uma escola. A OCDE aponta que no Brasil “[...] cerca de 40% dos mais de dois milhões de professores da educação básica dão aulas em cinco ou mais turmas”; em torno de 20% lecionam em pelo menos dois estabelecimentos. No Estado de São Paulo, por exemplo, o percentual sobe para 26% (LIRA, 2014, p. 3).

Não bastasse enfrentar essas condições de emprego e também de baixos salários, os professores têm, ainda, que enfrentar as mazelas e alguns arroubos da direita que vez por outra resolve atentar contra esta categoria. Em texto denominado de “O Assalto Contra os Professores Brasileiros”, Urariano Mota em 22/05/2015 denunciava as intenções do deputado federal Izalci Ferreira, do Distrito Federal, que por meio do Projeto de Lei n. 867/2015, propôs incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) o Programa

Escola Sem Partido, que desde 6 de abril de 2015 se encontra na Comissão de Educação e fixa como princípio legal que ficam vedadas:

[...] em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica, bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes (MOTA, 2015, p. 1).

Junto a este, temos também o absurdo Projeto de Lei n. 1.411/2015, do deputado federal do Rio Grande do Norte, Rogério Marinho do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que “prevê detenção de três meses a um ano, mais multa, a quem for enquadrado pelo novo ataque policial”. Se o agressor for professor ou profissional da educação, a “pena será endurecida e aumentará em 1/3. Se um aluno alegar que teve notas baixas, que optou por abandonar o curso ou foi reprovado em função do assédio ideológico, a punição será aumentada em 50%” (MOTA, 2015, p. 1).

Considerações finais

Para finalizar, chamamos a atenção para duas coisas importantíssimas. Uma é a chamada “Agenda Brasil”, proposta por Renan Calheiros, a outra é o Projeto de Lei do Senado (PLS) n. 131, de 2015, proposto pelo senador José Serra, que altera a Lei n. 12.351, de 22 de dezembro de 2010 e estabelece a participação mínima da Petrobrás no consórcio de exploração do petróleo na camada do pré-sal, bem como a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela “condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção”.

Este PLS pode levar à subtração de grande parte dos recursos do fundo criado para financiar a educação e a saúde. Tanto o PLS de José Serra quanto a Agenda Brasil de Renan Calheiros são extremamente nocivos para a educação. Assim sendo, não podemos esquecer que Fernando Henrique Cardoso criou em 1994, o denominado Fundo Nacional de Emergência.

Embora da denominação “Fundo Nacional de Emergência” sugerir algo positivo, a medida retirava “20% dos recursos constitucionais dedicados ao financiamento de direitos, como a educação”, por exemplo. A imprensa, de modo geral, bem como boa parte dos “agentes econômicos brasileiros apoiaram a medida” sob a alegação do Governo de que a medida era fundamental para assegurar a “sustentabilidade do Plano Real e, desde então, o mecanismo permanece vivo. No ano 2000 recebeu nova denominação: Desvinculação de Receitas da União (DRU)” (CARA, 2015, p. 1).

Essa Desvinculação de Receitas da União vigorou até 2009, quando o governo Luís Inácio Lula da Silva determinou o fim de sua incidência sobre à educação. E, para evitar qualquer desequilíbrio nas “contas públicas foi negociada uma vinculação gradativa até 2011”. Entretanto, o retorno da

“incidência da DRU para as políticas públicas educacionais nunca esteve tão próxima” (CARA, 2015, p. 1).

A “Agenda Brasil”, ou “Agenda Renan” tem o intuito de eliminar as conquistas da Constituição Federal de 1988, que sempre incomodaram parte da elite econômica brasileira. A Carta Magna deu centralidade aos direitos sociais e determinou que parte deles, como é o caso da educação, seja financiado por vinculações obrigatórias de receitas tributárias. O Governo Federal deve investir 18% dos impostos que arrecada na área. Estados e Municípios 25% de todas suas receitas, o que para muitos financistas, inclusive do governo, constitui em um empecilho para o pagamento de juros.

A desvinculação destas receitas transformou-se no sonho da modernização conservadora que, por meio das Propostas de Emendas à Constituição (PECs) vem promovendo o processo de desconstitucionalização da república, visando eliminar todos os avanços políticos e sociais conquistados na década de 1980, que a burguesia insiste em chamar de década perdida, desconsiderando todos os avanços sociais daquela década, bem como o surgimento do MST, CUT e todos os outros instrumentos de luta da classe trabalhadora.

Referências

APPLE, M. Aliança estratégica ou estratégia hegemônica? Conservadorismo entre os desfavorecidos. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 84, set. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n84/a14v2484.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2015.

APPLE, M. Endireitar a educação: as escolas e a nova aliança conservadora. *Currículo sem Fronteiras*, v. 2, n. 1, jan./jun. 2002a. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1articles/apple.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2015.

APPLE, M. Interromper a direita: realizar trabalho educativo crítico numa época conservadora. *Currículo sem Fronteiras*, v. 2, n. 1, jan./jun. 2002b. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1articles/appleconf.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2015.

AVILA, R. I. Os limites atuais da distribuição de renda e riqueza no Brasil. *Brasil Debate*, 16 dez. 2014. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/os-limites-atuais-da-distribuicao-de-renda-e-riqueza-no-brasil/>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

BRASIL. *Projeto de Lei n. 4.330, de 26 de outubro de 2004*. Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes. Brasília/DF: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=267841>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

BRASIL. *Projeto de Lei n. 1.411, de 6 de maio de 2015*. Tipifica o crime de Assédio Ideológico e dá outras providências. Brasília/DF: Câmara dos

Deputados, 2015. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1229808>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

BRASIL. *Lei n. 12.960, de 20 de março de 2014*. Brasília/DF: Presidência da República, 2014. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm>. Acesso em: 2 set. 2014.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Brasília/DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2015.

BRASIL. *Projeto de Lei do Senado n. 131, de 2015*. Brasília/DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120179>>. Acesso em: 6 set. 2015.

CANZIAN, F. A caixa preta do PT. *Folha de São Paulo*, 27 ago. 2015. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernandocanzian/2015/08/1674015-a-caixa-preta-do-pt.shtml>>. Acesso em: 7 set. 2015.

CARA, D. Agenda Brasil: a educação pública não está bem, mas pode ficar pior. *UOL Educação*, Blog do Daniel Cara, 25 ago. 2015. Disponível em:

<<http://danielcara.blogosfera.uol.com.br/2015/08/25/agenda-brasil-a-educacao-publica-nao-esta-bem-mas-pode-ficar-pior/>>. Acesso em: 8 set. 2015.

CAVALCANTE, S. Terceirização, a modernização que esconde um retrocesso: entenda o que está em jogo. *Fórum*, 7 abr. 2015. Disponível em:

<<http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/geral/terceirizacao-modernizacao-que-esconde-um-retrocesso-civilizatorio/>>. Acesso em: 8 set. 2015.

DALE, R. The thatcherite project in education: the case of the city technology colleges. *Critical Social Policy*, v. 9, n. 3, dez./1989. Disponível em:

<http://www.researchgate.net/publication/249627764_The_Thatcherite_project_in_education_the_case_of_the_City_Technology_Colleges>. Acesso em: 12 jun. 2013.

FATORELLI, M. L.; ÁVILA, R. Gastos com a dívida pública em 2014 superaram 45% do orçamento federal. *Auditoria Cidadã da Dívida*, 5 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

FONEC. Fórum Nacional de Educação do Campo. Oficina de Planejamento 2013-2014. *Relatório síntese das conclusões e proposições*. Disponível em: <http://ufrr.br/leducarr/index.php?option=com_content&view=article&id=50:relatorio-do-forum-nacional-de-educacao-do-campo-fonec&catid=18&Itemid=102>. Acesso em: 3 set. 2015.

LIMA, J. A. Estado mínimo em um país sem o mínimo de estado. *Carta Capital*, 2 set. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/estado->

minimo-em-um-pais-sem-o-minimo-de-estado-8645.html >. Acesso em: 7 set. 2015.

LIRA, D. Professor brasileiro é um dos que mais trabalham, afirma relatório da OCDE. *Último Segundo*, 25 jun. 2014. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-06-25/professor-brasileiro-e-um-dos-que-mais-trabalha-afirma-relatorio-da-ocde.html>>. Acesso em: 7 set. 2015.

LOCATELLI, P. Nove motivos para você se preocupar com a nova lei de terceirização. *Carta Capital*, 8 abr. 2015. Disponível: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/nove-motivos-para-voce-se-preocupar-com-a-nova-lei-da-terceirizacao-2769.html>>. Acesso em: 8 set. 2015.

MOTA, U. O assalto contra os professores brasileiros. *GGN – O Jornal de Todos os Brasis*, 22 mai. 2015. Disponível em: <<http://jornalgggn.com.br/blog/urariano-mota/o-assalto-contra-os-professores-brasileiros-por-urariano-mota>>. Acesso em: 8 set. 2015.

TINEO, V. Ainda existem dois brasis, afirma diretor do IPEA. *Brasil de Fato*, 2 set. 2015. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/32843>>. Acesso em: 7 set. 2015.

UOL NOTÍCIAS. Distribuição de terras no Brasil é a mesma há 20 anos, diz IBGE. *UOL*, 30 set. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2009/09/30/ult1808u147291.jhtm>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

WESSHEIMER, M. Faz 20 anos que a esquerda só pensa em eleição. *Sul 21*, 24 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/faz-20-anos-que-a-esquerda-so-pensa-em-eleicao/>>. Acesso em: 8 set. 2015.

Recebido em: 03/07/2016

Aceito em: 20/07/2016